

Seminário Nacional de Capacitação das COFIS

Fortalecimento da Política Nacional de Fiscalização no enfrentamento da expansão da formação profissional da/o assistente social e para garantia das condições técnicas e éticas do seu exercício profissional

2 de julho de 2011

Conselheira Juliana Iglesias Melim (2011-2014)

- Agradecer o convite – dar as boas vindas aos participantes.
- Discutir o fortalecimento da Política Nacional de Fiscalização no enfrentamento da expansão da formação profissional na atual conjuntura se coloca enquanto um grande desafio. Um contexto de crise estrutural do capitalismo, de ajustes estruturais e de derrotas para os que vivem da venda da sua força de trabalho, ainda que entremeadas por conquistas e resistências ativas. Apresentar um manual de uso para as lutas do presente seria um gesto de grande arrogância. Mas a minha fala aqui hoje se coloca para além de uma simples provocação. Apresenta-se enquanto uma fala que indica os instrumentos já existentes e construídos coletivamente por esta profissão na defesa especialmente do nosso compromisso ético-político com a qualidade dos serviços prestados à população usuária.
- Discutir expansão/precarização da formação e a Política Nacional de Fiscalização nos remete à indissociabilidade entre formação e exercício profissional. E, portanto, esse debate precisa ser do interesse de todos os estudantes e de todos os profissionais de Serviço Social, pois estamos falando do “devir” da profissão que escolhemos como nossa.

- Alguns docentes, pesquisadores brasileiros e movimentos sociais vêm acompanhando criticamente a política universitária -, e as medidas delas decorrentes no ensino superior de Serviço Social -, na perspectiva de defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, direcionada aos interesses da coletividade e enraizada na realidade regional e nacional. Nossos esforços se direcionam para preservar, no ambiente universitário, a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão e assegurar a liberdade didática, científica e administrativa para produzir e difundir conhecimentos -, e realizar a sua crítica -, voltados aos interesses das maiorias: uma universidade que seja um centro de produção de ciência, de tecnologia, do cultivo das artes e das humanidades; também uma instituição voltada à qualificação de profissionais com alta competência, para além das necessidades do capital e do mercado (IAMAMOTO, 2007, p. 432).
- A universidade que se defende é aquela que cultiva razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, não limitada e submetida a interesses particulares de determinadas classes ou frações de classes; uma instituição a serviço da coletividade, que incorpore os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições específicas. Enfim, uma universidade plural, democrática, que forme cidadãos participantes e conscientes de seus direitos civis, políticos e sociais; mas que zele por sua auto-qualificação acadêmica e permanente aperfeiçoamento, de modo a contribuir na formação de cientistas, pesquisadores e profissionais voltados para o horizonte da manhã. Para tanto, é preciso dotar a universidade de recursos orçamentários estatais, que garantam o seu funcionamento (IAMAMOTO, 2007, p. 432-433).
- Mas, qual a realidade que temos nos deparado? Mudanças regressivas no plano da educação e mudanças dramáticas nas universidades.

- Reforma Universitária de 1968: privilegiou o incentivo aos cursos da área tecnológica e facilitou a expansão da rede privada de ensino superior – matrículas por disciplina, sistema de créditos, instituição de cursos básicos (ciclos básicos). Modelo tecnocrático, com racionalidade empresarial e, principalmente, uma maior integração universidade – empresas, sob orientação de padrões de produtividade e eficiência.
- Sarney: GERES – Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior – barrado pelos movimentos sociais – ANDES, FASUBRA. Massificação do acesso, formação de um mercado universitário, a universidade prestadora de serviço a sociedade, docência e pesquisa alicerçadas em resultados imediatos, influência das políticas internacionais.
- 1990: aprofundamento das reformas – mercantilização, privatização e sucateamento da educação pública. O estudante passa a ser cliente – mero consumidor da mercadoria educação. LDB: serviu para facilitar as ações da iniciativa privada. Avaliação SINAES/ Provão, flexibilização dos currículos (currículos mínimos), o privatismo se expande para a pós-graduação, dissociação ensino-pesquisa-extensão, supressão do caráter universalista da universidade, subordinação às demandas do mercado, redução do investimento financeiro do governo, o que tem estimulado as parcerias com o mundo empresarial.
- Lula: Ministério da Fazenda elabora o documento: Gasto social do governo central: 2001 e 2002 – “a educação pública é onerosa ao Estado, devendo ser repensada”. Programa Universidade para Todos (PROUNI) – bolsa mensalidade/ isenções fiscais/ inadimplência. Política de Assistência Estudantil = alimentação, moradia, materiais. SINAES e ENADE (Sistema Nacional de

Avaliação do Ensino Superior – 2004), REUNI – Universidade Nova – Programa de Apoio e Planos de Reestruturação de Expansão das Universidades Federais, EAD.

- Nos últimos governos a política tem sido de imprimir uma lógica mercantil e empresarial à universidade brasileira, estimulando a sua privatização, segundo o que Chauí denomina de Universidade Operacional ou Universidade de Resultados e Serviços. Essa concepção de universidade é condizente com as recomendações dos organismos multilaterais que tiveram abrigo nos governos FHC com sua Reforma do Estado e se afirmam no governo atual (IAMAMOTO, 2007, p. 433).
- A universidade norteia-se segundo critérios importados do mundo empresarial, válidos para quaisquer tipos de investimentos: custo/benefício, eficiência/eficácia, inoperância e produtividade.
- O Brasil gasta atualmente em toda a educação pública 3,5% do seu PIB. Segundo dados do INEP 3 em cada 100 jovens estão matriculados. Os documentos do Banco Mundial não falam mais de educação superior. Falam de educação pós-secundária. Não cabe mais falar de ensino superior nos países da América Latina. A nossa inserção na economia mundial; a nossa heteronomia (dependência) como já nos chamava a atenção Florestan Fernandes – não pressupõe, não exige uma formação profissional muito qualificada. E aí a tendência dominante de resposta é a reformulação do ensino técnico de nível médio, os cursos superiores de curta duração, os cursos de formação tecnológica, assim como os mestrados profissionalizantes e os cursos seqüenciais, ou ainda o EAD. Eles concretizam as recomendações dos organismos internacionais e têm atraído os estudantes por serem mais baratos e atraem, obviamente, os empresários da educação, podendo representar um

mecanismo de busca de consenso ativo de parcela da população até então excluída do ensino superior.

- A lógica é expandir o sistema educacional com o mínimo de custo.
- Desde o governo FHC, quando o processo de privatização do ensino superior foi acelerado, o empresariado vem recebendo financiamento público, haja vista o PROUNI. No ES o atual governador no início do mandato prometeu 1500 bolsas no Programa Nossa Bolsa e nunca falou na construção de uma universidade pública estadual.
- A subordinação da educação à acumulação do capital compromete a qualidade do ensino superior e sua função pública, gera o desfinanciamento do ensino público superior, desvaloriza a docência universitária ante as cumulativas perdas salariais e elimina a pesquisa e a extensão das funções precípuas da universidade (IAMAMOTO, 2007, p. 436-437). O ensino universitário tende a ser reduzido ao treinamento, à transmissão de conhecimento que marcam o ensino fragmentado e parcializado. O propósito foi o de compatibilizar o ensino superior com os ditames da financeirização da economia, fazendo com que as descobertas científicas e o seu emprego na produção se tornem meios de obtenção de lucros excedentes, o que justifica a orientação de submeter a universidade aos interesses empresariais. É a ciência a serviço das empresas. Conhecimento interessado em manter a ordem social.
- Quem produz e onde se produz conhecimento hoje? Grandes institutos de pesquisa/ Corporações. Grande parte do conhecimento hoje produzido não é público. É patentiado. O conhecimento se transformou em mercadoria. Logo, a socialização do conhecimento está longe de ser homogênea.

- Que projeto de universidade estamos acompanhando hoje? Parcerias Universidade – Grandes empresas.
- Qual a função da universidade? É consolidar este capitalismo acadêmico? É ser mais uma engrenagem para o funcionamento do capitalismo? Perdendo a sua autonomia da crítica? Parece-me que não. Mas, me parece que para nós das ciências sociais este processo é ainda um pouco pior. Temos maior investimento nas pesquisas de inovação tecnológica. Como fazer pesquisa e extensão? Qual pesquisa interessa? A ciência da pobretologia? A problemática central hoje das ciências sociais tem sido o capital social/humano. Os indivíduos devem se virar no mercado. Devem se ajustar num mundo que não os cabe. Discurso da solidariedade onde o trabalhador desempregado passa a ser o pobre, esvaziando completamente o conteúdo de classe componente da desigualdade social.
- Temos mais de 7 décadas de Serviço Social brasileiro. Precisamos compreender que o Serviço Social na sociedade brasileira, sua ocupação na divisão social e técnica do trabalho e seu projeto de formação profissional são resultados de relações históricas, sociais, políticas e econômicas que o condicionam, lhe atribuem características particulares, moldam sua necessidade social e definem seus usuários.
- Qual a viabilidade do projeto de formação e do projeto ético político profissional diante do contexto anteriormente descrito?
- Para pensarmos nesta resposta faz-se necessário resgatar a discussão sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos desta profissão da sua gênese “de moça boazinha paga pelo Estado para cuidar dos pobres” (intervenção assistencialista), passando pela perspectiva da modernização conservadora –

Reconceituação ou reatualização do conservadorismo que exigia um perfil profissional eficaz e eficiente no controle e administração da ordem social, chegando a perspectiva de ruptura com uma aproximação do marxismo, inicialmente sem Marx, chegando ao momento atual de amadurecimento intelectual onde o projeto profissional hegemônico exige um profissional técnico que compreende o significado político da sua profissão e que saiba analisar teoricamente os processos sociais sobre os quais a sua ação se debruça. Formação intelectual e cultural generalista crítica.

- A opção teórica marca o reconhecimento do Serviço Social enquanto profissão que participa do processo de reprodução das relações sociais contraditórias da sociedade capitalista. Assim, a teoria social de Marx imprimiu uma nova direção no pensamento e ação do Serviço Social brasileiro que se manifestou nos congressos profissionais, nas universidades, nas entidades representativas, como também na regulamentação da formação e do exercício profissional e no Código de Ética. Com significativa produção teórica do Serviço Social brasileiro. Com bibliografias própria, consistente e continuada e ampliação dos programas de pós-graduação.
- Assim, o Serviço Social avança para os anos de 1990 redesenhando de forma significativa os projetos de formação e de profissão. Todavia, o contexto sócio-histórico que favoreceu a renovação do Serviço Social brasileiro e a ampliação dos direitos sociais, também serviu de terreno, contraditoriamente, para o avanço do projeto neoliberal que apresentou e implementou projetos que vão de encontro às tendências do Serviço Social crítico.
- Todas essas “reformas” vêm provocando uma mudança significativa no perfil dos profissionais de todas as áreas.

- O Serviço Social coloca-se então no campo de remar contra a maré. Temos a aprovação da Lei que Regulamenta a Profissão e do Código de Ética Profissional fundamentado no compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população.
- A construção desse novo projeto profissional exigirá um novo pensar sobre o projeto de formação dos Assistentes Sociais, apontando para a indissociabilidade entre formação e exercício profissional.
- Será conduzido pela ABEPSS um intenso trabalho de mobilização das unidades de ensino. Diretrizes Curriculares.
- As Diretrizes Curriculares em consonância com o PEP requer competências que exigem o aprimoramento intelectual, com formação acadêmica qualificada, alicerçada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social. Exige uma postura profissional comprometida com valores e atitudes que têm como horizonte a transformação social, e que considere a realidade como histórica e fruto das relações sociais.
- O PEP reflete a auto-imagem da profissão, elege os valores que a legitimam, delimita e prioriza seus objetivos e funções, formula os seus requisitos para a ação profissional, e estabelece o tipo de relação que os profissionais devem manter com os usuários de seus serviços, com outras categorias profissionais e com as organizações e instituições sociais, públicas e privadas.
- O Projeto Profissional constitui num universo heterogêneo, em que o corpo profissional é uma unidade não homogênea, uma unidade de diversos, onde estão presentes projetos individuais e societários diversos, e a consolidação e

afirmação de um projeto dentro da profissão não é capaz de suprir as divergências e contradições existentes. Por isso mesmo, um projeto que conquiste hegemonia nunca será exclusivo, daí também a necessidade de que se tenha nítida clareza de que o pluralismo é um elemento que na vida social e profissional deve ser respeitado. Pluralismo este que respeita as hegemonias legitimamente conquistadas.

- A crítica é importante para que o PEP não se torne uma abstração, não se apresente enquanto uma expressão ideal de determinadas relações – se atentar para a realidade concreta dos homens concretos. E dentro deste contexto as limitações concretas precisam ser superadas.
- Em um TCC que eu orientei na Universidade Federal do Espírito Santo apontou que a UFES teve o curso de Serviço Social autorizado em 1972 e reconhecido em 1976. Todas as demais escolas do ES foram criadas nos anos 2000. Surgem num contexto de ofensiva neoliberal, de prestação privada da política educacional. Não acompanharam, enquanto unidades acadêmicas, os processos democráticos de construção das Diretrizes Curriculares.
- A questão a ser problematizada é a “produção” de profissionais em massa e com conteúdos banalizados; é a qualidade do ensino que está sendo oferecido, que não assegura o perfil profissional previsto nas Diretrizes Curriculares; é a educação bancária e mercantilizada que não garante o Serviço Social de qualidade que o Brasil precisa.
- Aligeiramento/ nichos de valorização do capital médio/ assalto ao fundo público/ treinamento em grande escala e baixo custo/ gestão controle dos pobres.

- Nesse contexto não se requisita o perfil das Diretrizes Curriculares, crítico, articulador político-profissional dos sujeitos, preocupado com os direitos e a cidadania, pesquisador que vai além das aparências dos fenômenos, profissional preocupado com a coletivização das demandas, com a mobilização social e a educação popular. Ao contrário, o que se requisita é um profissional à imagem e à semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza e não do seu combate, politização e erradicação.
- Presenciamos cotidianamente a precarização na educação superior: Redução salarial dos docentes, professores horistas, turmas enormes, pouca pesquisa e extensão, o que dificulta ao estudante a possibilidade de estabelecer seus vínculos com a realidade concreta, produzindo, desenvolvendo e socializando conhecimentos sintonizados às demandas sociais. Estudantes trabalhadores, pouco envolvimento com o movimento estudantil, desconhecimento das diretrizes curriculares, fragilidade da organização estudantil nas escolas, especialmente as privadas, fragilidade acerca da clareza teórico-metodológica e ético-política, desconhecem o projeto pedagógico do curso, as leis e resoluções do CFESS.
- Tudo isso fica ainda pior se observarmos o ensino à distância. Dossiê EAD: Campanha arrojada/ Plano Nacional de Lutas Contra a Precarização da Formação e do Trabalho do Assistente Social/ incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social/ Audiência Pública/ O Brasil precisa de Assistentes Sociais. A França tem aproximadamente 600 mil trabalhadores sociais com padrões de desigualdades infinitamente diferentes. Brasil aproximadamente 90 mil.

- Dificuldades no acesso dos dados, tutores, estágio, local e condições de funcionamento, ensino-pesquisa e extensão, assédio aos profissionais.
- Longe de ser uma posição meramente ideológica, trata-se da firme defesa da densidade teórico-prática que deve orientar a formação do profissional de qualidade que o país requer.
- O crescimento exponencial do contingente profissional, a curto prazo, traz sérias implicações para o exercício profissional e para as relações de trabalho e condições salariais por meio das quais ele se realiza. Pode-se antever um crescimento acelerado do desemprego nessa área, pois dificilmente a oferta de postos de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do contingente profissional, pressionando o piso salarial, a precarização das condições de trabalho e aumentando a insegurança do trabalho. A hipótese que se pode aventar é que o crescimento do contingente profissional, ao tempo em que eleva a lucratividade dos negócios educacionais, poderá desdobrar-se na criação de um exército assistencial de reserva. Isto é, aquele crescimento poderá figurar como um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade, principalmente em um ambiente político eivado de políticas públicas que estimulam a assistencialização da pobreza e a sua focalização (IAMAMOTO, 2007, p. 440).
- Temos hoje 104 mil assistentes sociais ativos no Brasil e temos 68 mil estudantes de Serviço Social no ensino à distância.
- A pulverização e massificação da formação universitária voltada à sua adequação às demandas flexíveis do mercado estimulam o reforço de mecanismos ideológicos direcionados à submissão dos profissionais às demandas do mercado, parte da estratégia do grande capital na contenção das

contradições sociais e políticas condensadas na questão social. Os desdobramentos envolvem um processo de despolitização da categoria, decorrentes, ainda, isolamento do processo de ensino desenvolvido no EAD e falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária.

- Esse panorama do ensino universitário compromete a direção social do projeto profissional que se propõe hegemônica, estimulando a reação conservadora e regressiva no universo acadêmico e profissional do Serviço Social brasileiro, com repercussões políticas no processo de organização dessa categoria (IAMAMOTO, 2007).

- Estratégias:
 - 1) As escolas podem e devem contribuir na definição da agenda nacional sobre a formação e o exercício profissional: ABEPSS, Comissão de Formação Profissional dos CRESS, Fórum de Supervisores – Provocar a discussão, acompanhar os debates e possibilitar condições de participação dos docentes e discentes;
 - 2) Articulação CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO;
 - 3) É necessária a reafirmação do Projeto Ético Político, seus valores, objetivos e conhecimentos teóricos que o sustentam; e os limites para sua concretização no atual quadro sócio-político a ele refratário;
 - 4) Aliança com os usuários;
 - 5) Atualização dos dossiês que fundamentam as nossas denúncias. Descredenciamento da UNITINS, UNIVALE deixou de ofertar o curso de Serviço Social, Termo de Saneamento a UNOPAR.
 - 6) Articulação com as seções sindicais do ANDES nos regionais.

Temos a chave do futuro da humanidade, mas para poder usá-la temos que compreender o presente. Não podemos nos permitir desviar os olhos.

Enfrentar os desafios num patamar diferencial: teórico, político e organizativo.
De que lado nós estamos?

É necessário reaprender a desobedecer. Sair do scrip, ou a gente não avança, ficamos do lado de quem nos oprime.

Nós, que comemos, dormimos e estudamos não temos o direito de desistir.

Referência: IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.